



São Tomé e Príncipe

Exame nacional 2015 da Educação para Todos

Este relatório foi preparado pelas autoridades nacionais competentes com vista ao Fórum Mundial sobre a Educação (Incheon, República da Coreia, 19-22 de maio de 2015). Este relatório foi apresentado em resposta ao convite feito pela UNESCO aos seus Estados Membros para avaliar os progressos realizados desde 2000 com vista a atingir a Educação para Todos (EPT).

As ideias e opiniões expressas neste documento pertencem aos seus autores e não vinculam a UNESCO. As designações utilizadas e a apresentação de dados nele contidos não implicam qualquer tomada de posição pela UNESCO quanto ao estatuto jurídico dos países, territórios, cidades ou zonas, ou das suas autoridades, nem quanto à delimitação das suas fronteiras ou limites.

Este documento pode ser citado da seguinte forma: “Exame nacional 2015 da Educação para Todos: São Tomé e Príncipe”. Para mais informações contactar : efa2015reviews@unesco.org

REPUBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA



EDUCAÇÃO PARA TODOS – EPT
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO NACIONAL 2000-2015

ANEPT

Outubro -- 2014

Apresentação	4
SECCION 1: INTRODUÇÃO	5
1.1 Educação para Todos (EPT): de Jomtien e Dakar ao presente	5
1.2. Contexto macroeconómico.....	12
1.3. Contextualização educativa.....	12
SECCION 2.....	14
2.1 Educação Pré-escolar	14
2.2. Educação de base (1ª a 6ª classe)	14
SECCION 3 : CONTEXTO DA POLITICA NACIONAL PARA EDUCAÇÃO.....	24
3.1. Educação Pré-escolar	24
3.2. Ensino Básico.....	25
SECCION 4 : PRIORIDADES	27
4.1. Ensino Secundário.....	27
4.2. Ensino Técnico-Profissional	28
4.3. Saúde Escolar	34
4.4. A Escola e a Identidade cultural Santomense	35

Diagrama do sistema educativo santomense.....	9
Quadro nº1- Evolução da frequência escolar no Pré-escolar	14
Tabela 2:Taxa bruta de escolarização por distrito, por nível de ensino, ano de 2010.....	16
Quadro nº3- Evolução da frequência no ensino Secundário(1º ciclo).....	17
Tabela 2 : mais baixas coberturas escolares desde o primeiro ciclo do ensino secundário	18
Quadro 4 evolução do Obj. 4 Alfabetização de Adultos.....	20
Tabela 1:Taxa bruta de escolarização(%) enúmero de alunos/estudantespor 100 000 habitantesa) entre 2001-02 e2010-11falta incluir 2012 2013.....	29
Quadro nº2: Evolução de efetivos de alunos matriculados	15
Quadro nº2- Evolução da frequência no ensino básico.....	15
Gráfico5:Repartição dos alunosde acordo comseu nível por anos de estudos e pordisciplina, ano 2010-11.....	16
Quadro 2: Composição das despesas correntes por ciclo de ensino, MECF, 2010.....	21
Gráfico 1: Comparação internacional da parcela da despesa corrente excluindo a dívida pública alocada (%) para a educação (países com um PIB/capita entre 800 e 1800 \$ EUA) ..	22
Gráfico 2: Comparação internacional da porção (%) do ensino superior nas despesas correntes da educação (países com um PIB/capita entre 700 e 1800 dolares EUA)	23

APRESENTAÇÃO

No ano de 2000, reunidos em Dakar 164 países assumiram o compromisso de perseguir seis metas de Educação para Todos até 2015. Tais metas são relacionadas ao cuidado e educação na primeira infância; educação primária universal; Educação de jovens e adultos; alfabetização de adultos; paridade e igualdade de gênero; e qualidade da educação. Aproximando-se do prazo para alcance das metas, a UNESCO solicitou aos países que produzissem um relatório nacional apresentando o que se alcançou no período (resultados) e como se alcançou (estratégias), bem como os principais desafios para o período pós-2015.

O relatório da república Democrática de São Tomé e Príncipe deve consistir num balanço dos avanços obtidos ao longo dos últimos 15 anos em relação a cada uma das seis metas de Educação para Todos. A ideia é que esse documento nos permita avaliar os passos seguidos pelo País desde 2000, as políticas e os programas implementados, os meios e as parcerias mobilizadas e seus principais resultados. Tal relatório servirá de subsídio para a elaboração do relatório da sub-região e contribuindo assim para uma avaliação da situação do conjunto de países participantes desse compromisso.

O documento a ser submetido à UNESCO consiste num processo de produção de um relatório do governo e, mais do que isso, considera-se que esse deverá constituir um relatório do País. Assim, a participação da sociedade civil, por meio de suas diferentes organizações, associações, entidades e indivíduos, bem como dos principais órgãos de decisão do Ministério da Educação, resumindo, de todos os principais atores da Educação é crucial.

O presente documento constitui uma versão preliminar da análise da situação de São Tomé e Príncipe em relação às metas de Educação para Todos devendo merecer ainda uma fase conclusiva da sua submissão à consulta pública visando todos envolvidos no processo da EPT em São Tomé e Príncipe.

São Tomé e Príncipe está a preparar o referido relatório que indicará o ponto da situação do país em relação aos outros e a meta alcançada relativamente aos objetivos do milénio.

É neste contexto que o documento a ser submetido à UNESCO é um relatório cujo envolvimento de todos os atores da Educação no processo de EPT em São Tomé e Príncipe é notório. De destacar que a sua elaboração beneficiou de várias experiências, a frutuosa colaboração entre uma equipa do MECF designada para o efeito, liderada pela coordenadora da EPT em São Tomé e Príncipe e outras entidades, o que confere ao documento um carácter participativo e nacional, condição indispensável ao processo de apropriação almejado. Importa salientar ainda que, processo da elaboração do documento beneficiou de uma metodologia posta em prática pela equipa responsável que consistiu na exploração e valorização de informações estatísticas disponíveis referentes ao sector educativo e aos domínios que influenciam diretamente o sector. Esta recolha e a metodologia utilizada permitiram disponibilizar uma análise mais cautelosa, acabada e detalhada.

O presente documento é composto três grandes capítulos conforme se apresenta:

SECCION 1: INTRODUÇÃO

1.1 EDUCAÇÃO PARA TODOS (EPT): DE JOMTIEN E DAKAR AO PRESENTE

A Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia), realizada em 1990, definiu um amplo conjunto de desafios que vêm sendo enfrentados de modos diversos pelos sistemas educacionais ao redor do mundo. Desde então, esforços coletivos significativos têm sido desenvolvidos no sentido de mobilizar os meios para melhorar as condições de vida de crianças, jovens e adultos através da educação. Este chamamento global à ação foi renovado em 2000, na Cúpula Mundial de Educação (Dakar, Senegal), quando as metas estabelecidas anteriormente foram avaliadas e redimensionadas, considerando os desafios de um novo milênio. A próxima conferência, a se realizar na Coreia do Sul, em 2015, há de estabelecer novos compromissos para médio e longo prazo, incorporando os desafios firmados nas conferências anteriores, conforme a Figura 1 permite verificar.

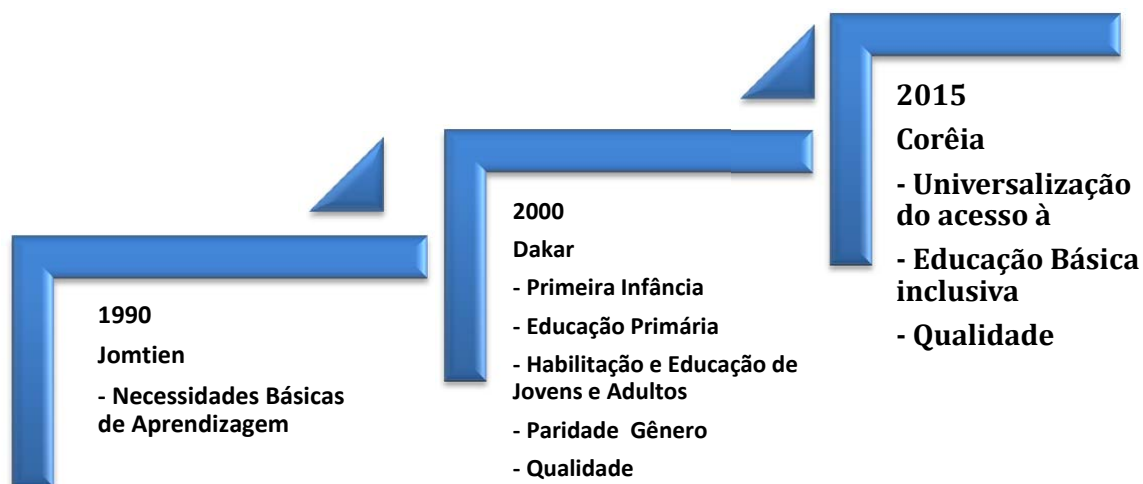


Ilustração 1– Marcos globais acerca da Educação para Todos

O Fórum de Dakar foi convocado afim de avaliar os progressos da EPT após 10 anos de experiência de implementação das acções preconizadas.

Os resultados desse balanço permitem ajudar os governos e seus parceiros a apreciar em que medida foram atingidos os objectivos da universalização da educação de base e a identificar as estratégias eficazes para obter benefícios futuros nesse domínio.

De uma forma geral concluiu-se:

- Houve um aumento significativo de número de crianças escolarizadas em comparação com a década anterior;

- b) Registaram maior desenvolvimento dos programas da pré-escolar e primeira infância;
- c) Verificou-se uma diminuição de número de crianças não escolarizadas;
- d) Em muitos países em via de desenvolvimento houve um aumento substancial de número de adultos alfabetizados;
- e) Nalguns países registaram-se progressos significativos em matéria de redução das desigualdades no acesso à educação.

No balanço do ano 2000 identificou-se outras evoluções positivas durante o decénio precedente. Muitos países adoptaram quadros de acção medidas de políticas e legislação destinadas a realizar os objectivos da EPT.

No entanto, foi importante ressaltar que nenhum dos objectivos específicos da EPT foi integralmente realizado, constituindo-se assim o objectivo fundamental do acesso universal à educação de base para todos como um desafio pertinente que ainda continua na agenda actual dos países. Adoptando-se o quadro de Acção de Dakar os participantes do Fórum reafirmaram a visão da declaração mundial de educação para todos e reiteraram a convicção de que a educação é um direito fundamental e uma condição essencial ao desenvolvimento sustentável assim como o factor da paz e da estabilidade nos países.

Os participantes engajaram-se coletivamente a atingir 6 objetivos específicos a favor da EPT e tendo como padrão os seis objetivos. sido recomendado a cada um dos países a elaboração de um plano nacional para EPT obedecendo as particularidades específicas de cada um dos países . São Tomé e Príncipe não tendo ficado indiferente , procedeu a elaboração de um PNA/EPT 2002- 2015 cuja metodologia utilizada, baseou-se numa primeira etapa numa profunda análise do existente, das insuficiências e das carências do sistema, em termos de recursos disponíveis, materiais e financeiros, necessários a implementação dos objetivos definidos pelo sistema. Tornou-se assim clara, a necessidade de suprir essas carências, assim como a necessidade de se proceder a reformas mais profundas que possam atender aos objetivos da EPT para o ano 2015.

A elaboração do PNA-EPT baseou-se fundamentalmente na necessidade de completar as lacunas existentes em termos de oferta da educação aos sectores mais desfavorecidos da sociedade, nomeadamente, das comunidades rurais, das localidades afastadas dos centros de decisão, dos mais pobres e daqueles que necessitam de intervenções educativas especiais.

Uma atenção particular foi dada às necessidades de educação das raparigas, tomando em consideração as especificidades da política de género que o país pretende implementar com o objectivo de aumentar e melhorar a participação do sexo feminino no processo de desenvolvimento.

Uma ênfase particular foi dada à problemática da melhoria da qualidade, pois que, se é verdade que há necessidade de alargamento das acções de educação, a todos os níveis, não é menos verdade que há necessidade de pôr um acento tónico no aspecto qualidade de educação, se o objectivo é preparar as novas gerações para os desafios do futuro.

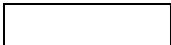
A abordagem utilizada para a elaboração do EPT, compreendeu as etapas que a seguir se descreve com o objectivo de galvanizar um maior envolvimento da sociedade nas suas mais variadas componentes. O processo tornou-se dessa maneira mais participativo e pretende reflectir a vontade de todos os sectores da sociedade interessados numa melhor prestação da educação ao cidadão:

- Criação de 6 grupos temáticos coordenados por especialistas em função dos 6 objectivos da EPT;
- Elaboração de ante-projectos de planos distritais;
- Validação interna (distritais);
- Criação de uma equipa técnica para compilação, concepção e elaboração do PNA-EPT;
- Validação nacional.

Os seminários e ateliers nacionais e regionais enquadram-se nessa perspectiva de envolvimento e participação, onde a validação interna do EPT torna-se o ponto culminante duma abordagem que primou pela análise exaustiva e pelo consenso.

Durante cerca de dois meses percorreu-se o país em todos os distritos tendo-se procedido à auscultação dos actores educativos, sociais, políticos e institucionais. O Seminário de Validação nacional do Plano Nacional de Acção da Educação para Todos constitui o ponto mais alto deste processo participativo. Nesta ocasião os representantes das organizações da Sociedade Civil defenderam os seus pontos de vista perante os decisores políticos e institucionais defendendo um desenvolvimento harmonioso entre a Educação formal e não formal. O presente plano de acção é uma síntese das principais contribuições recolhidas.

O Plano Nacional de Acção não foi um somatório dos planos distritais, mas antes, um espaço de sinergias desenvolvidas à volta de fenómenos que condicionam efectivamente o desenvolvimento da educação em São Tomé e Príncipe, numa óptica de unidade na diversidade. Foram tomadas em consideração as especificidades (culturais, geográficas, sociais e económicas) sem perder de vista o todo nacional. À partir do referido plano, foi ainda elaborada uma estratégia Nacional para Educação e Formação e Estratégia par o Desenvolvimento da Educação Especial em São Tomé e Príncipe.



Os 164 países presentes à reunião de Dakar se uniram no sentido de propor uma agenda comum de políticas de Educação para Todos (EPT) visando o fortalecimento da cidadania e a promoção de habilidades necessárias a um desenvolvimento humano pleno e sustentável. Acordou-se, então, 6 (seis) objetivos a serem perseguidos por todos os países signatários do Compromisso de Dakar até 2015, quais sejam:

- a) Expandir e melhorar o **cuidado e a educação da criança pequena**, especialmente para crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- b) Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à **educação primária**, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015
- c) Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os **jovens e adultos** sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, a **habilidades** para a vida e a programas de formação para a cidadania;
- d) Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de **alfabetização de adultos** até 2015;
- e) Eliminar **disparidades** de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a **igualdade de gênero** na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade; e,
- f) Melhorar todos os aspetos da **qualidade da educação** e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Adotando as palavras-chave utilizadas no **Relatório de Monitorização Global 2013/14** (UNESCO, 2014), os objetivos assinalados no Quadro D'Ação podem ser assim apresentados:

Marco de Ação de Dakar – Objetivos



- **1- Cuidados e Educação na Primeira Infância**
- **2- Educação Primária Universal**
- **3- Educação de Jovens e adultos**
- **4- Alfabetização de adultos**
- **5- Paridade e Igualdade de Gênero**
- **6- Qualidade da Educação**

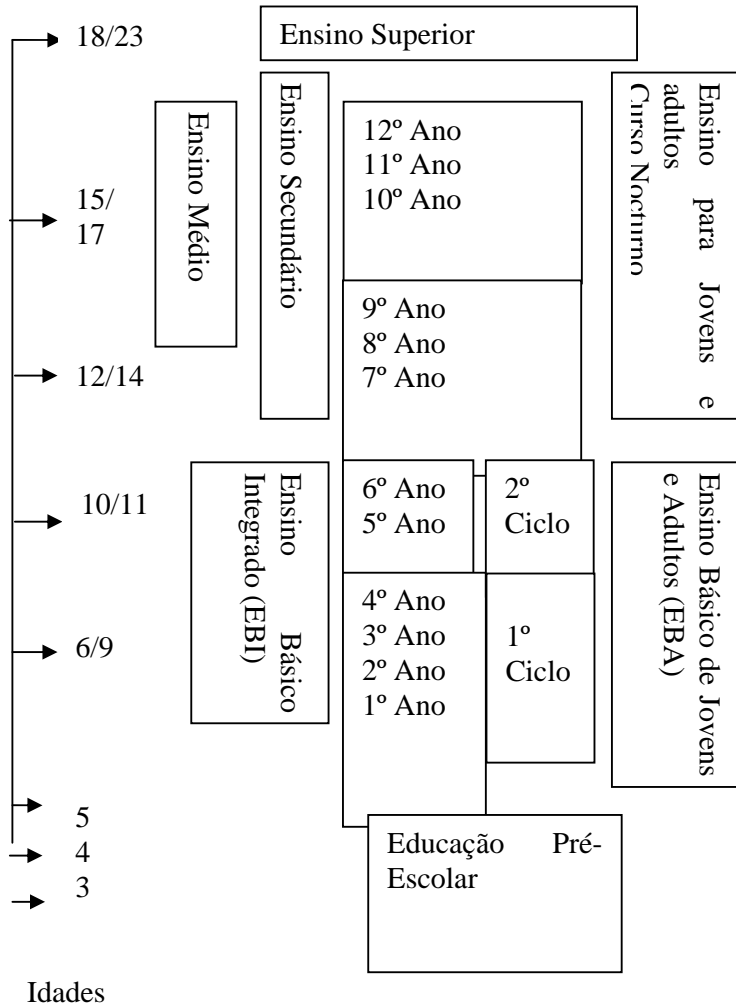
Ilustração 2- Educação para Todos

Ao assumir tais objetivos São Tomé e Príncipe passou a integrar o conjunto de países empenhados na conquista das metas de Educação para Todos pactuadas no Marco de Ação de Dakar com vistas a 2015. Esse engajamento resultou em importantes mudanças no perfil das políticas públicas desenvolvidas no período. A agendapós-Dakar para São

Tomé e Príncipe foi viabilizada a partir de um cenário mais amplo, que será detalhado adiante.

Antes, porém, é oportuno apresentar uma breve síntese sobre a organização do sistema educativo nacional.

Diagrama do sistema educativo santomense



Contexto nacional

Localização: A República Democrática de São Tomé e Príncipe é formada por duas ilhas e quatro ilhéus. As ilhas são as que dão o nome ao país: a de São Tomé e a do Príncipe, localizadas a oeste do continente africano, em pleno Golfo da Guiné, mais 4 ilhéus sendo o maior, o ilhéu das Rolas, a sul da ilha de São Tomé.

A ilha de São Tomé fica a 360 km do continente africano e a do Príncipe a 269 km. A ilha do Príncipe situa-se, aproximadamente, a 160 km ao norte da ilha de São Tomé

Superfície: A área aproximada de São Tomé é de 859 km² e a do Príncipe de 142 km², num total de 1.001 km² para todo o território nacional.

Dados demográficos:

Densidade populacional:A população total de São Tomé e Príncipe foi estimada em 2012 em cerca de 178 739 indivíduos.

Temas Transversais: Saúde Escolar, HIV/SIDA. Educação para a paz e cidadania.

Em S.T.P. cerca de 90% de crianças sofrem de parasitoses intestinais, e a malária constitui uma das principais da morbi-mortalidade infantil. No entanto não existe um sistema de saúde escolar funcional que permite controlar ou eliminar tais endemias e sobretudo contribuir para a educação das crianças face a essas endemias.

As iniciativas levadas a cabo para abordar alguns temas relativos a saúde escolar e implementar os programas de prevenção de doenças incluindo a vacinação enquadram-se nos programas da UNICEF e da OMS.

A inexistência de um quadro de política de saúde e os parceiros internacionais constitui uma das fraquezas mais notórias neste domínio.

Se bem que a problemática de HIV/SIDA não atinja proporções alarmantes esta deve constituir igualmente um dos aspectos a ter em conta na definição de estratégias para abordagem de temas transversais.

A prevalência de HIV/SIDA em S.T.P. está estimado em cerca de 5% da população.

O número de casos de infecções com HIV tem estado a crescer nos últimos anos. Dados adquiridos demonstram que a taxa de prevalência entre mulheres grávidas cresceu de 1% em 1993 para 5.4% em 1996. É também estimado que o número de casos de SIDA aumentou de 50 em 1998 para 89 em 2000.

Indubitavelmente a prevalência cresceu, devido a alta prevalência de DSTs (47%), praticas sócio-culturais e baixo uso de preservativos (4.8%-1990). Todavia, os dados em 2000 demonstraram uma taxa de prevalência em adultos de menos de que 1%. Sem ter em conta a taxa de prevalência um programa forte é necessário visando a prevenção. O país só começou a desenvolver planos estratégicos de combate ao HIV/SIDA em 2003. A estratégia tem três objectivos abrangentes:

- (i) Reduzir o risco de infecção por HIV;
- (ii) Reduzir a vulnerabilidade a infecção;
- (iii) Reduzir o impacto da epidemia. Procedimentos de implementação para várias acções específicas têm ainda que ser delineadas para os vários sectores.

O Governo pretende criar um Conselho Nacional para a Saúde, visando tanto o HIV/SIDA como a malária.

O objectivo é manter a taxa de prevalência abaixo de 5% através do aumento dos conhecimentos das mulheres adultas sobre os métodos de transmissão do HIV/SIDA de 10%, para 70%.

Segundo a Estratégia Nacional da Educação e Formação 2002-2017, é necessário encorajar e cultivar atitudes e comportamentos para o desenvolvimento pleno da cidadania, pois que em STP como na maioria dos países em desenvolvimento a democracia ainda não está plenamente implantada.

Pretendia-se com a Educação para a cidadania desenvolver nas crianças atitudes, valores e saberes necessários à construção de uma sociedade solidária e convivial ao exercício de uma cidadania responsável e a emergência de comportamentos dinâmico e empreendedor.

Pretendia-se também desenvolver o senso crítico, a tolerância, o sentimento de segurança e de confiança, a justiça enquanto valores e princípios requeridos para o exercício da democracia. É necessário sobretudo o desenvolvimento da identidade nacional partindo dos aspectos culturais, bem como a valorização de todo o potencial histórico e económico do país.

Propunha-se como estratégia a introdução de programas de estudos tendo como eixos os valores pessoais e colectivos, pelo que se torna necessária a revisão curricular.

Propunha-se também a promoção de uma verdadeira pedagogia para a cidadania e para os valores, o que significa a alteração dos conteúdos da formação de professores de modo a que os mesmos se transformem em agentes da mudança que se torna necessária.

Os aspectos descritos anteriormente deveriam produzir como efeito global e multiplicador a transformação da Escola num espaço de vivência e exercício da democracia com impacto nas futuras gerações.

De acordo com o PNA/ EPT, a paridade entre os sexos é um objectivo com respeito a situação actual pois que pela situação actual do continente africano os objectivos femininos representam 44% na pré-escolar, 45% na primária, 45% na secundária e 35% na superior.

Os desafios compreendem ainda a educação para o processo de HIV/SIDA e outras endemias, a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação

Taxa de crescimento:

Ela tem experimentado um aumento médio de cerca de 2,45% entre 2001 e 2012. Se a população em idade escolar no ensino básico (6-11 anos) 28.966 e no secundário (12-17 anos) 23.769 aumentou ligeiramente em termos absolutos (havia cerca de 28.966 indivíduos com idade entre 6 a 11 anos em 2012 contra aproximadamente 22000 em 2001. Quanto aos de 12-17 anos, eles passaram de 15,0% em 2001 a 13,2% em 2012. A pressão demográfica que pesa sobre o sistema educativo tende a diminuir ao longo do tempo. Podemos antecipar que nas próximas décadas a população em idade escolar nos ensinos básico e secundário deveriam estabilizar-se, até mesmo reduzir, e moderar assim os requisitos quantitativos de escolarização.

No contexto macroeconómico que acaba de ser exposto, as despesas públicas totais da educação foram multiplicadas por 16 em termos nominais e por 5 em volume desde 2002, o que é bastante considerável. Entre 2002 e 2010, elas passaram de facto de 65,9 a 352,5 bilhões de dólares constantes de 2010. As despesas correntes têm sido o "motor" desta evolução, visto que elas representavam, por si só 82% do conjunto das despesas da educação na última década.

Estas evoluções no conjunto resultam de um forte aumento do grau de prioridade orçamental para a educação. Deste modo, se observa que a porção da educação no orçamento executado pelo Estado passou de apenas 6,9% em 2002 a cerca de 18,6% em 2010. Portanto o país tem conseguido, em apenas dez anos, posicionar a educação no centro das prioridades do governo. Esta dinâmica é particularmente palpável quando se olha só para as despesas correntes: se em 2002 o sector beneficiou apenas de 17,3% das despesas correntes do Estado excluindo o serviço da dívida, esta porção tem aumentado rapidamente para atingir 23,8% em 2005 e depois 38,1% em 2009 e 37,9% em 2010. Em países com um nível comparável de desenvolvimento económico, esta porção é estimada em 25%.

1.2. CONTEXTO MACROECONÓMICO

Com um PIB per capita de 1.356 Dólares americanos (2011), STP passou de um país de rendimento fraco para um país de rendimento médio, (classificação do FMI). O país conheceu, desde 2001, um rápido crescimento do seu PIB, passando de 553 USD em 2001 para 1.356 USD em 2011, ou seja um crescimento médio anual de 5,2%. Conjugado com o crescimento demográfico, denota-se que a riqueza nacional cresceu a um ritmo bem superior ao crescimento da população. Assim, entre 2001 e 2010 a população cresceu de 1,95% em médio por ano, enquanto que a riqueza nacional aumentou de 5,2% em meio e por ano. Paralelamente a este crescimento global da economia, constata-se igualmente um forte aumento da arrecadação de recursos próprios do Estado (receitas correntes) que passaram de 14,2% do PIB em 2001 para 19,6% do PIB em 2010. Contudo, esta evolução global de receitas, fruto da melhoria tendencial da capacidade fiscal do Estado está longe de equilibrar as contas do Estado Santomense. Na verdade, as despesas totais do Estado praticamente triplicaram durante o mesmo período, passando de 687 bilhões a 1.895 bilhões de Dobras. Os recursos próprios do Estado são bastante fracos para fazer face as suas despesas. Este facto constitui um enorme risco de agravamento do peso da dívida interna e da dependência do Estado em relação ao financiamento externo. Comparadas com as de países africanos com o mesmo nível de desenvolvimento¹ (*Países Africanos de Comparação*), as receitas correntes do Estado Santomense em proporção da riqueza nacional (PIB) são bastante fracas. A média das receitas correntes destes países representa 24% do PIB contra 19,6% do PIB em STP. As despesas globais do Estado santomense são financiadas a mais de 80% pelo financiamento externo. As perspectivas futuras são tributárias de potencialidade, se tivermos em conta os eventuais recursos petrolíferos.

28 Fonte: INE/Ministério da Saúde – Enquête Démographique et de Santé 2008-2009

29 Fonte: PNUD, 2008

30 Fonte: UNESCO (2010) *Reaching the Marginalized*- EFA Global Monitoring Report

31 A média aritmética dos quatro indicadores deverá ficar entre 0 e 1, em que o 1 representa o ponto máximo; Fonte: UNESCO (2010) *Reaching the Marginalized*- EFA Global Monitoring Report

32 Fonte: Consulta Sectorial Educação e Formação, 2006

33 *Estratégia para a Educação e Formação 2007-2017, MEC*

1.3. CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCATIVA

Segundo a Constituição, a educação em São Tomé e Príncipe é um direito de todos e dever do Estado e da família (Art.55º O acesso ao ensino básico é obrigatório, gratuito e é um direito.

. A República Democrática de São Tomé e Príncipe apresenta taxas de alfabetização de 95,4% na população jovem entre os 15 e os 24 anos de idade²⁹ e taxas de alfabetização adulta de 88%, com uma projecção para 2015 de 91%. As taxas de alfabetização adulta, a universalidade da educação primária, a paridade de género na frequência do ensino primário e secundário e a sobrevivência na frequência escolar após a 5ª classe são os quatro indicadores que integram o *Índice de Desenvolvimento da Educação* (IDE). Em 2007, STP apresentava um IDE de 0.899.

No ano letivo 2012/2013 a taxa líquida de escolarização da 1ª à 6ª classe foi de 99,1% e a percentagem de raparigas de 49,5%.

O sistema educativo de STP é regido pela Lei nº2/2003 (Lei de Bases do Sistema Educativo) e compreende, na sua estrutura, a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar. A educação pré-escolar é facultativa e engloba creches e jardins de infância, *da iniciativa do poder central, regional ou local, associação de pais e de moradores, organizações sindicais e de empresas*³². O ensino básico, que é universal e obrigatório, inclui dois ciclos de quatro e dois anos, respetivamente; o ensino secundário, que integra dois ciclos e contempla uma via de formação geral e uma via de formação técnica, e o ensino superior que prevê a existência de escolas e cursos universitários e politécnicos. O ensino recorrente de adultos, a formação profissional, o ensino a distância e a educação especial são consideradas na Lei nº2/2003 (artº 16º) *modalidades especiais da educação escolar*, , como a estrutura orgânica permite visualizar. A educação extra-escolar *integra-se numa perspectiva de educação permanente*.

7. *Evolução da frequência no Pré-escolar*. De acordo com dados da UNESCO³⁴, em 2007, 36% das crianças da faixa etária visada tiveram acesso à educação pré-escolar. Os quadros³⁵ espelham a evolução na procura e frequência da educação pré-escolar nos últimos anos lectivos, por distrito ou região. Existe um equilíbrio entre a frequência de raparigas e de rapazes (51% de meninas).

34 Fonte: UNESCO (2010) *Reaching the Marginalized*- EFA Global Monitoring Report

35 Fonte: Estatísticas da Educação, Departamento de Planificação e Estatística do ME, Fev.2009.

36 Fonte: UNESCO (2010) *Reaching the Marginalized*- EFA Global Monitoring Report

37 Estatísticas da Educação, Departamento de Planificação e Estatística do ME, Fev.2009.

38 Fonte: Departamento de Planificação e Estatística do ME, Março de 2008 e Fevereiro de 2009

39 Fonte: Departamento de Planificação e Estatística do ME, Março de 2008

40 Fonte: UNESCO (2010) *Reaching the Marginalized*- EFA Global Monitoring Report

SECCION 2

2.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Um ensino pré-escolar ainda pouco desenvolvido!

Reconhecida como primordial para o desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças e o aumento das probabilidades de sucesso nos níveis subsequentes, a Educação Pré-escolar conheceu, ao longo dos últimos 30 anos em STP, momentos altos e baixos. Em 1975, a jovem República Democrática de São Tomé e Príncipe herdou do regime colonial um ensino pré-escolar relativamente desenvolvido. O regime colonial, necessitando de uma mão-de-obra feminina indispensável ao desenvolvimento da agricultura, disseminou uma rede de jardins e creches por todo o território nacional, em particular nas roças. Logo depois da independência do país, este ciclo iniciara um longo período de degradação que durou 25 anos, antes de se revitalizar a partir de 2001, graças às acções conjugadas do governo e seus parceiros e à implementação da Lei de Bases do Sistema educativo. No ano lectivo 2010/2011, os efectivos deste ciclo totalizam 8.591 inscritos contra 4.699 em 2001/2002, ou seja, um crescimento médio anual de 6,1%. Destas crianças, 6,6% são escolarizadas nas instituições privadas. Contudo, o ensino pré-escolar apresenta um desempenho ainda débil, pois, apenas 1/3 (30,9%) de crianças santomenses entram neste ciclo. A qualidade de aprendizagem também deixa a desejar. A fraca qualificação dos educadores e a insuficiência de instalações estão na origem desta fraqueza. Comparado com países como Cabo Verde, com cerca de 67% de taxa de admissão no Ensino Pré-Escolar, STP ainda tem um longo percurso pela frente.

Quadro nº1- Evolução da frequência escolar no Pré-escolar

Distritos	2010/2011		2011/2012		2012/2013	
	MF	F	MF	F	MF	F
Água-Grande	2908	1425	3277	162 6	3027	155 5
Cantagalo	828	434	725	410	713	377
Lobata	960	492	860	431	747	373
Caué	464	240	343	174	356	199
Lembá	909	456	1147	554	1060	538
Mé-Zochi	1588	831	1473	747	1220	642
Príncipe	720	367	705	356	758	379
Total nacional	8377	4.24 5	8510		7881	406 3

2.2. EDUCAÇÃO DE BASE (1ª A 6ª CLASSE)

De conformidade com a nova lei de base (leinº2/2003) o ensino básico compreende 3 ciclos (1ª e 2ª, 3ª e 4ª, 5ª e 6ª).

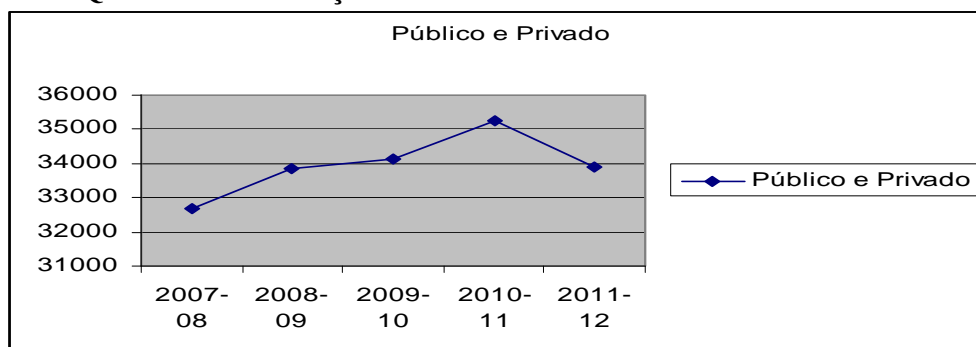
Falar da educação primária no espírito desta lei significa falar de escolaridade de 1ª a 6ª. Classe se pois que ela é definida com obrigatória universal e gratuita, indispensável à formação de todas as crianças tanto para o exercício da cidadania como para integração na vida activa..

Um Ensino Básico universal

O Ensino Básico (EB) conheceu uma evolução significativa nos últimos cinco anos, graças ao esforço do governo que implementou com sucesso o programa da reforma geral neste ciclo, apoiado pelos parceiros de desenvolvimento. Assim, em termos do acesso, a universalidade do ensino é alcançada desde 2011. Contudo, muito falta fazer

A medidade gratuidade efetiva no ensinobásicodesde2005-06 associado a uma melhoria significativa da oferta escolarpara este nível deensinopermitiramatingir uma escolarização universal deseis anos em 2010-11

Quadro nº2: Evolução de efetivos de alunos matriculados



Quadro nº2- Evolução da frequência no ensino básico

Distritos	2010/11		2011/2012		2012/2013	
	MF	F	MF	F	MF	F
Água-Grande	14389	7125	13714	6713	13906	6853
Cantagalo	2928	1414	2984	1437	3035	1498
Lobata	3.632	1749	3596	1755	3778	1785
Caué	1409	668	1311	647	1309	656
Lembá	2770	1349	2761	1291	2867	1358
Mé-Zochi	8624	4224	7989	3934	8265	4099
Príncipe	1497	675	1534	735	1573	766
Total nacional	35249	17204	33889	16513	34733	17015

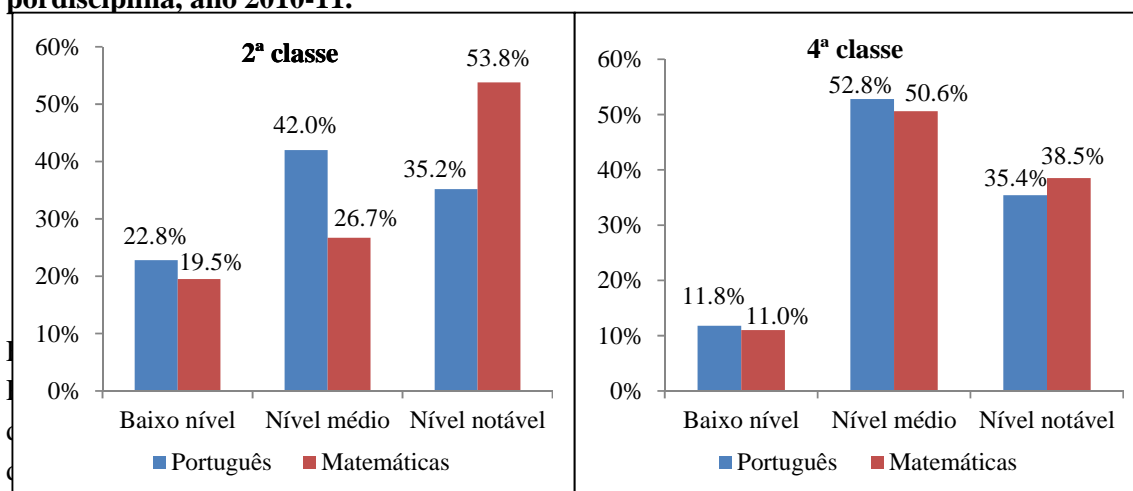
Se o primeiro ciclo do ensino básico é universal desde há uma década, o principal desafio do país foi de garantir a presença dos alunos na escola até a conclusão do segundo ciclo do ensino básico (sexto ano). A gratuidade efectiva do ensino básico a partir do ano escolar 2005-06, ligado a um aumento significativo da oferta escolar no segundo ciclo do ensino básico tem permitido ao país erradicar o abandono em pleno ciclo (e particularmente, entre o 4º e 5º ano de estudos) e alcançar assim uma educação universal de seis anos (ensino básico universal) em 2010-11. A taxa de conclusão do ensino básico (taxa de acesso na 6ª classe) se estabelecia por conseguinte em 116% em 2010-11 contra 62% em 2002-03. No entanto, esta

universalização do ensino básico sendo recente, será necessário confirmá-la nos próximos anos lectivos.(RESEN2012).

Ainda de acordo com o RESEN,**O nível de aquisição dos alunos é muito heterogêneo**

A análise das provas nacionais aos que são submetidos os alunos no fim da 2ª e 4ª classe do ensino básico para o ano 2010-11 permitiu observar que se uma grande proporção dos alunos têm um nível considerado notável, existe também uma proporção significativa de alunos com um nível considerado baixo. Por outro lado, existe uma forte dispersão em torno das pontuações médias de alunos o que indica que o nível de aquisição dos alunos no ensino básico e mais particularmente na 2ª e 4ª classe é muito heterogêneo em todo o território.

Gráfico 5: Repartição dos alunos de acordo com seu nível por anos de estudos e por disciplina, ano 2010-11.



distrito com a pontuação média mais baixa (Caué com 60,2%) e o distrito com a pontuação média mais elevada (Lembá com 71,6%).

As disparidades nas matrículas são mais pronunciadas

PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela 2: Taxa bruta de escolarização por distrito, por nível de ensino, ano de 2010

	Água Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Pagué
Ensino básico	129%	145%	134%	139%	136%	140%	136%
Secundário ciclo 1º	107%	84%	64%	62%	60%	75%	84%
Secundário ciclo 2º	33%	22%	18%	18%	11%	22%	35%

Fonte: Banco de dados do IOF2010, e cálculos dos autores

Quadro n3- Evolução da frequência no ensino Secundário(1º ciclo)

INDICADORES	2010/11	Níveis Actuais
Número de crianças matriculadas na 1ª classe	5138	5365
Novos Ingressos na 1ª Classe	5088	5340
Taxa de Acesso a 1ª	113,1%	118,2%
Taxa de Acesso a 4ª Classe	121,7%	118%
Taxa de Sobrevivência no Ensino Básico (1ª a 6ª Classe)	52,9%	71,6%
Taxa de Sobrevivência no 1ª Ciclo (1ª a 4ª Classe)	77,1%	72,9%
Taxa de Acesso a 5ª Classe	121,9%	114,6%
Transição do 1º Ciclo para 2º Ciclo	86,6%	82,9 %
Taxa de Acesso a 6ª Classe	115,8%	100,2%
Taxa de Sobrevivência no 2ª Ciclo (5ª e 6ª Classe)	69,3%	93,8%
Número de Alunos matriculados de 1ª à 4ª classe	23494	23351
Número de Alunos matriculados na 5ª e 6ª classe	11756	10538
Taxa líquida de escolarização básico (1ª- 6ª classe)	96,8%	98%
Taxa líquida de escolarização 1º ciclo do básico (1ª- 4ª classe)	95,5%	100%
Taxa líquida de escolarização 2º ciclo do básico (5ª- 6ª classe)	56,3%	61%
Taxa de escolarização do básico (1ª- 6ª classe)	118%	114%
Taxa de Promoção no 1º Ciclo (1ª- 4ª classe)	88,5%	88,5%
Taxa de Repetência no 1º Ciclo (1ª- 4ª classe)	9,5%	9,6%
Taxa de Abandono no 1º Ciclo (1ª- 4ª classe)	2,1%	2,0%
Taxa de Promoção no 2º Ciclo (5ª- 6ª classe)	82,6%	74,1%
Taxa de Repetência no 2º Ciclo (5ª- 6ª classe)	16,4%	11,3%
Taxa de Abandono no 2º Ciclo (5ª- 6ª classe)	0,9%	14,5%
Taxa de Promoção no Básico (1ª- 6ª classe)	86,5%	86,7%
Taxa de Repetência no Básico (1ª- 6ª classe)	11,8%	10,2%
Taxa de Abandono no Básico (1ª- 6ª classe)	1,7%	6,2%
Alunos que iniciam o 1º ano de estudos e atingem a sexta classe	118%	102%
Alunos que iniciam o 1º ano de estudos e completam o ciclo básico	85%	108%
Alunos que iniciam o 1º ano de estudos e atingem a 5ª classe	124,0%	114%
Rácio de raparigas/rapazes no ensino básico (IPS)	1,0%	1,02
Número de Alunos no regime triplo	nd	1144
Número de Turmas no regime triplo	70	32
Percentagem Alunos no regime triplo	nd	4,9%
Rácio alunos por turma triplo	nd	36

As disparidades relacionadas à zona da residência são mais importantes do que aquelas relacionadas ao género e menos importante do que aquelas relacionadas como nível de vida e aparecem desde o primeiro ciclo do ensino secundário. Esta situação é em parte relacionada com a oferta educativa que a partir de um nível de ensino encontra-se essencialmente nas cidades, obrigando portanto as crianças rurais a percorrer distâncias mais longas do que se fossem zonas urbanas, o que certamente provoca abandonos escolares. Deste modo, constata-se que a taxa bruta de escolarização no primeiro ciclo do secundário é de 97% para as crianças de zonas urbanas contra 75% para aquelas que vivem em zonas rurais (ou seja, uma aproximação entre rural /urbano igual a 0,77). Esta disparidade é acentuada no segundo ciclo do ensino secundário com uma aproximação entre TBE rural e TBE urbana igual a 0,60. Finalmente, também existem disparidades segundo os distritos. Deste modo, o distrito de Água Grande aparece privilegiado pois as crianças abandonam menos a escola são escolarizadas em maiores proporções do que em outros distritos do país. Em contrapartida, os distritos de Cantagalo, Caué, Lembá apresentam as mais baixas coberturas escolares desde o primeiro ciclo do ensino secundário (ver Tabela 2).

Tabela 2 : mais baixas coberturas escolares desde o primeiro ciclo do ensino secundário

Distritos	2010/11		2011/2012	2012/2013	Distritos	
	MF	F	MF		MF	F
Água-Grande	4394		4779		5084	
Cantagalo	843		1007		1195	
Lobata	913		1218		1392	
Caué	354		511		548	
Lembá	648		853		946	
Mé-Zochi	2395		3050		3530	
Príncipe	513		705		679	
Total nacional	10.060		12123		13374	

Chegando ao presente momento, a percepção é de que houve algum progresso significativo conforme as metas dos indicadores já demonstrados em documentos anteriormente conhecidos mas que ainda é necessário que se faça muito mais para que se consiga manter ou melhor superar a meta actual como é o caso entre outros, do **objectivo 4 «Alfabetização de Jovens e Adultos»** que com os engajamentos de Dakar as autoridades responsáveis pela educação no país tenham manifestado este objectivo como um dos domínios mais prioritários e, conseqüentemente, constituinte do Plano Nacional da EPT 2002-2015 validado em 18.11.2002 e precedido de uma Estratégia de educação e Formação.2007-2017.

1. Situação: De acordo com o Relatório balanço da EPT (2000) A vontade política já expressa por várias ocasiões em prol da eliminação do analfabetismo com vista à modificação dos comportamentos através da expansão dos serviços educativos de base e de formação de

outras competências essenciais destinados aos adolescentes e aos adultos bem como o seu impacto sobre a saúde, emprego e a produtividade bem como foram constituindo o conjunto de preocupações relativamente a este domínio. Entretanto, o nível de analfabetismo que rondava os 27% com maior predominância para o sexo feminino e o fraco recurso financeiro levou a que se tivesse que encontrar alguma saída factível para o problema.

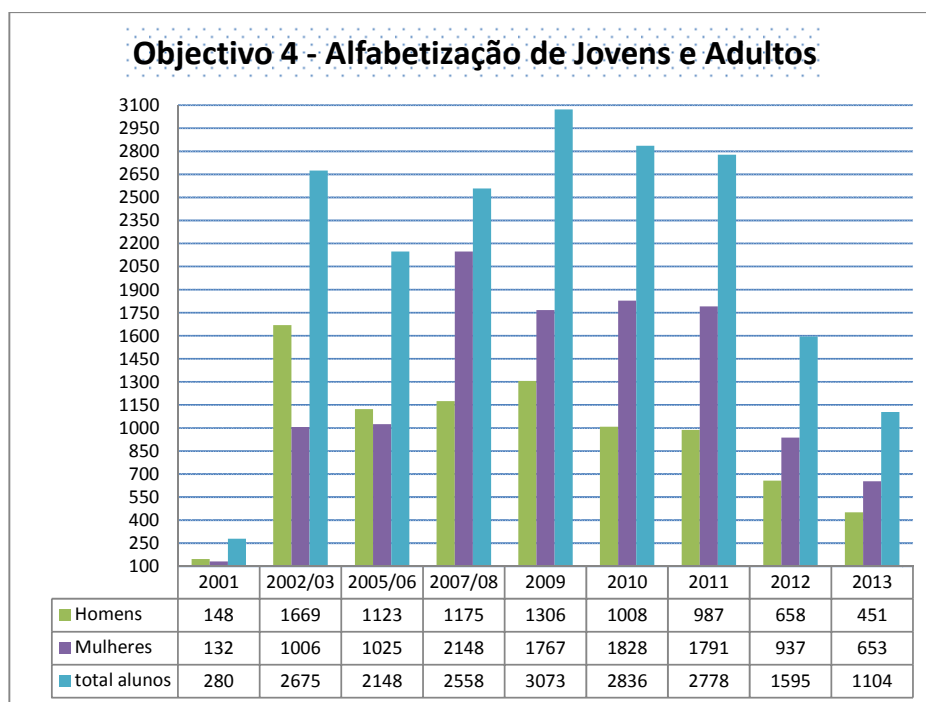
2. Tarefa: Reduzir em 50% o analfabetismo nomeadamente das mulheres, e assegurar a todos os jovens e adultos um acesso equitativo aos programas de educação de base com incidência para uma vida activa e autónoma ou seja uma alfabetização funcional.

3. Acção: Reactivação da Direcção de Educação de Adultos que se encontrava desactivada cujo objectivo erradicar o analfabetismo que grassava o país no momento da sua ascensão à independência passando a designar-se Direcção de Educação de Jovens e Adultos (DEJA) esta última com objectivos fundamentais apresentavam um âmbito mais alargado no sentido de evitar o analfabetismo de retorno devendo a mesma reorganizar o ensino recorrente; estudar mecanismos de apoio às iniciativas comunitárias de Alfabetização e pós – alfabetização e de melhoria de coordenação e avaliação dos programas de alfabetização; adesão a vários programas através de parcerias e de Cooperação com o governo brasileiro através de Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e ONG Alfabetização Solidária (Alfasol) foi introduzido um programa de Alfabetização com a seguinte caracterização:

- Horário flexível ou seja, ajustado às necessidades dos formandos bem como às especificidades das localidades em que residem os formandos funcionando nas comunidades rurais das 14 às 17 horas e das 18 às 21 em localidades urbanas; com uma carga horária semanal de 600 horas
- Introdução de incentivos materiais aos alfabetizandos traduzidos numa cesta básica com elementos básicos de alimentação condicionada a assiduidade o que podia falhar se houvesse mais de três faltas num mês. Integrava também um incentivo monetário considerado simbólico aos alfabetizadores;
- Mobilização da participação comunitária; Utilização de meios de comunicação Social; Insistentes reuniões nas comunidades porta à porta;
- Convívios em ambientes em que decorrem as sessões de alfabetização; intercâmbios entre alfabetizandos de diferentes zonas do país; visitas entre diferentes grupos; Criação e actuação de grupos teatrais que constitui uma fonte de diversão e em simultâneo de transmissão de mensagens educativas;
- Com o apoio do UNESCO foi introduzido o projecto que consistiu em actividades geradoras de renda para autonomização e alfabetização de mulheres especificamente no distrito de Lobata tendo-se desenvolvido formações e actividades profissionais através de criação de: Ateliers de corte e Costura; Tratamento e secagem de peixe; tratamento e secagem de banana

4. Resultado: O índice do analfabetismo conheceu a redução sobretudo da parte feminina; a taxa do abandono que até 2005 era na ordem dos 36,6% caiu para 5,38% em 2010 o número de alfabetizados aumentou com alguma relevância para o género feminino cf. Se segue

Quadro 4 evolução do Obj. 4 Alfabetização de Adultos



5.Lições aprendidas: A intervenção directa de alfabetizados em tudo o que seja o processo de alfabetização ou seja a integração dos mesmos nomeadamente no que concerne em motivação flexibilidade, animação, funcionalidade ou actividades geradoras de autonomia e empreendedorismos e envolvimento das autoridades locais e comunitárias melhora o interesse e consequentemente os resultados.

Financiamento do Sector da Educação

Na verdade, as despesas do Estado para com a educação foram multiplicadas por 16 em termo nominal e por 5 em termo de volume, desde 2002. Elas passaram de 65,9 bilhões de Dobras (constantes do ano 2010) para 444 (342,6???) bilhões de Dobras, entre 2002 e 2010, ou seja, de 2,7% a 9,2% do PIB. Em relação a parte da educação nas despesas correntes do Estado (serviço da dívida excluída), esta passou a 23,8% em 2005, depois a 40,2% em 2009 e 38,4% em 2010. A media dos *Países Africanos de Comparação* é de 25%. A média africana situa-se em 22%.

A repartição desta fatia por ciclo de educação é bastante desequilibrada em favor do único ciclo do Ensino Superior, mais concretamente, das bolsas de estudo no exterior (**Quadro 2**). Assim, em 2010, 44,5% das despesas correntes do MECF foram para bolsas de estudo no exterior, contra 36,2% par salário do pessoal e 15,6% para as despesas de funcionamento

Quadro 2: Composição das despesas correntes por ciclo de ensino, MECF, 2010.

	Pessoal efectivo *			Funcionament o	Bolsas	Social **	Transferênci as ***	Total
	Etabl.	Adm.	Total					
Jardins e Creches	65,6%	6,1%	71,6%	27,8%	0,0%	0,5%	0,0%	100%
Ensino Básico	62,1%	7,6%	69,7%	29,7%	0,0%	0,5%	0,0%	100%
Ensino Secundário (geral qualificante)	50,4%	2,7%	53,0%	21,1%	25,8%	0,1%	0,0%	100%
EFOPE (Formação de professores do básico)	32,0%	0,9%	32,9%	67,0%	0,0%	0,1%	0,0%	100%
Ensino Superior	5,2%	0,1%	5,3%	3,1%	84,2%	0,0%	7,3%	100%
DEJA (Educação de Jovens e Adultos)	69,9%	2,5%	72,4%	27,5%	0,0%	0,1%	0,0%	100%
Cultura	0,0%	45,0%	45,0%	53,3%	0,0%	0,1%	1,6%	100%
Total MECF	32,4%	3,8%	36,2%	15,6%	44,5%	0,2%	3,4%	100%

Um contexto económico em progresso, mas instável

Muito tempo classificado entre os países com baixo rendimento, São Tomé e Príncipe passou desde 2008, para a categoria de países com rendimentos médios (países com rendimento per capita entre 1000 e 4000 dólares americanos em 2010, segundo a classificação do Banco Mundial). Em 2010, o PIB/capita foi de 1213 dólares americanos.

O crescimento económico do país tem sido muito volátil durante a última década, com taxas de crescimento situadas entre 2% e 9%. A taxa de 4,5% registada em 2010 é uma melhoria em relação a 2009, mas ainda longe da registada antes do início da crise financeira internacional (9% em 2008). Os recursos próprios do Estado passaram de 14,2% do PIB em 2001 a 19,6% do PIB em 2010, com uma evolução irregular ao longo do período), as despesas totais do Estado são altamente dependentes da ajuda externa visto que as doações representam a metade das receitas totais do governo em 2010 (e estes representaram entre 26,6% e 54,0% no período de 2001 a 2010).

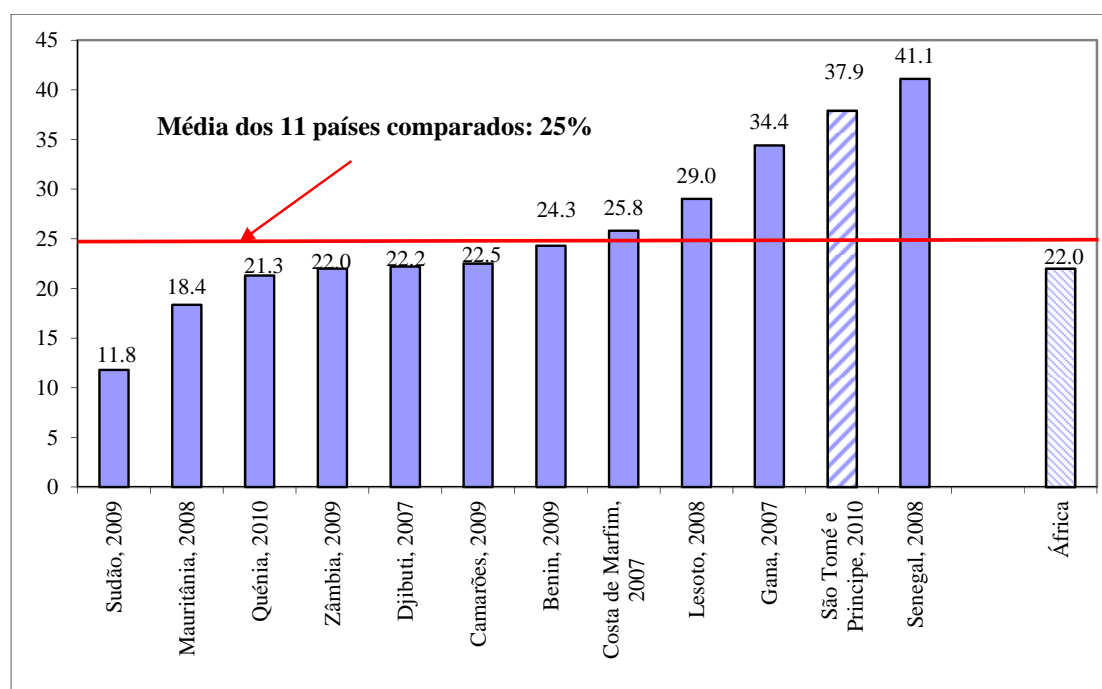
Orçamento para o sector da educação

No contexto macroeconómico que acaba de ser exposto, as despesas públicas totais da educação foram multiplicadas por 16 em termos nominais e por 5 em volume desde 2002, o que é bastante considerável. Entre 2002 e 2010, elas passaram de facto de 65,9 a 352,5 bilhões de dobras constantes de 2010. As despesas correntes têm sido o "motor" desta

evolução, visto que elas representavam, por si só 82% do conjunto das despesas da educação na última década.

Estas evoluções no conjunto resultam de um forte aumento do grau de prioridade orçamental para a educação. Deste modo, se observa que a porção da educação no orçamento executado pelo Estado passou de apenas 6,9% em 2002 a cerca de 18,6% em 2010. Portanto o país tem conseguido, em apenas dez anos, posicionar a educação no centro das prioridades do governo. Esta dinâmica é particularmente palpável quando se olha só para as despesas correntes: se em 2002 o sector beneficiou apenas de 17,3% das despesas correntes do Estado excluindo o serviço da dívida, esta porção tem aumentado rapidamente para atingir 23,8% em 2005 e depois 38,1% em 2009 e 37,9% em 2010. Em países com um nível comparável de desenvolvimento económico, esta porção é estimada em 25% (ver Gráfico 1).

Gráfico 1: Comparação internacional da parcela da despesa corrente excluindo a dívida pública alocada (%) para a educação (países com um PIB/capita entre 800 e 1800 \$ EUA)



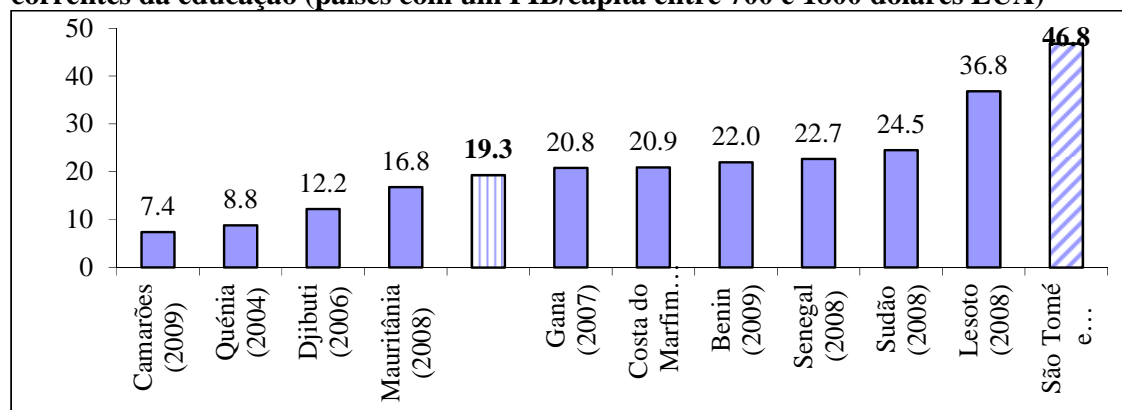
Fonte: Ministério das Finanças, MECF, INE, Escola Profissional de Água Grande, Pôle Dakar (UNESCO / BRED) e cálculos dos autores.

Despesas correntes na educação

Se o Estado põe uma grande parte das suas despesas correntes no sector da educação, essas financiam em maioria o ensino superior e mais especificamente as bolsas de estudos para estudantes no exterior. O ensino superior na sua totalidade tem absorvido 46,8% do orçamento operacional para a educação em 2010, um nível muito superior do que a média dos países com um nível comparável de riqueza (ver Gráfico 2). No entanto, a maioria das despesas no ensino superior financiam as bolsas de estudos dos estudantes no exterior visto

que elas representavam, por si só 37,4% das despesas correntes da educação em 2010. Os restantes 9,4% das despesas correntes da educação que vão ao superior permitiram financiar o ensino superior local. Os outros níveis beneficiaram de facto de uma parte menos importante das despesas correntes da educação: 6,5% para a primeira infância (jardins e creches), 21,1% para o ensino básico, 14,4% para o ensino secundário geral, 3,9% para o ensino técnico e profissional (0,5% para o ensino secundário profissional qualificante, 1,2% para o centro politécnico e 2,3% para a formação profissional fora do MECF), 0,4% para a EFOPE e 6,9% para a alfabetização de jovens e adultos.

Gráfico 2: Comparação internacional da porção (%) do ensino superior nas despesas correntes da educação (países com um PIB/capita entre 700 e 1800 dolares EUA)



Fonte: Ministério das Finanças, MECF, Escola Profissional de Água Grande, Pôle Dakar (UNESCO / BRED) e cálculos dos autores

SECCION 3 : CONTEXTO DA POLITICA NACIONAL PARA EDUCAÇÃO

O que mudou à partir de Dakar?

No contexto das mudanças que ocorreram no País na última década, alguns marcos legais significativos merecem destaque conforme se pode verificar.

3.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Experiências demonstraram que as crianças que frequentam estabelecimentos do ensino pré-escolar desenvolvem com maior facilidade a auto estima e outras qualidades e aptidões que lhes permitem estar melhor adaptadas, emocional e intelectualmente, ao ingresso no ensino básico. Porém, as dificuldades do período pós independência em STP fizeram com que este ensino fosse relegado para segundo plano durante os últimos 30 anos. A sua revitalização passa pela afirmação de uma vontade política para o sector e a adopção de medidas e políticas robustas, nomeadamente a garantia da universalidade e gratuidade de acesso ao ensino pré-escolar de qualidade. Os objectivos e as estratégias que se seguem inscrevem-se nesta perspectiva. Colocar quadro evolutivo?

3.1.1. Objectivos

Proporcionar a todas as crianças Santomenses (3-5 anos), incluindo as com NEE, no horizonte 2022, acesso ao Ensino Pré-Escolar gratuito, de boa qualidade, e que o terminem aos 6 anos de idade.

3.1.2. Estratégias

Estratégia nº 1: Garantir, até 2022, a universalidade, a gratuidade e a obrigatoriedade de acesso ao ensino pré-escolar de boa qualidade

A) Expansão e melhoria, de maneira sustentável, das capacidades de oferta para acolhimento e proteção de crianças no Ensino Pré-escolar, através:

B) Melhoria da qualidade de aprendizagem no Pré-escolar, através:

C) Estimulo da procura de educação e proteção da primeira infância em zonas mais difíceis e desfavorecidas, através:

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa líquida de escolarização	54% (3-5 anos)	80%
Taxa de cobertura (0-5 anos)	31%	80%
Taxa de admissão de crianças com NEE	nd	50%
% de infra-estruturas adaptadas para crianças com NEE	0	25%
% de educadores especializados em NEE	0	50
Nº de jardins existentes	80	+20
% de educadores formados	38%	80%
% de gestores formados	0%	100%
Nº de inspectores e supervisores por distritos	nd	1,75%

% de educadores especializados em diferentes domínios	nd	50%
Rácio crianças/educador	68,7	15 a 20

3.2. ENSINO BASICO

O Ensino Básico é o único ciclo de ensino que conheceu um real desenvolvimento nos últimos cinco anos, em particular no domínio da oferta escolar. A universalidade do acesso a este ciclo é praticamente uma realidade, com 94,5% de admissão no primeiro ano. Este bom resultado precisa ser consolidado nos próximos anos. Paralelamente, um importante esforço deve ser despendido no sentido de melhorar a qualidade e a eficiência do ensino e da aprendizagem, e garantir a igualdade de oportunidade para todos. A universalidade, a obrigatoriedade e a gratuidade de 9 anos de escolaridade de boa qualidade para todos os Santomenses no horizonte de 2017 constitui a grande prioridade do governo para este ciclo.

Quadro evolutivo?

3.2.1. Objetivos

Propiciar a todas as crianças Santomenses, no horizonte 2017, incluindo aquelas com NEE, acesso a uma educação de 9 anos de boa qualidade, capaz de facilitar a sua continuidade académica e inserção sócio-profissional, e que o terminem em condições de eficácia razoável.

3.2.2. Estratégias

Estratégia nº 1:Garantir a universalidade, a obrigatoriedade e a gratuidade de 9 anos de escolaridade para todas as crianças e jovens Santomenses

Ações Prioritárias

A) Melhoria do acesso ao Ensino Básico alargado, através:

B) Melhoria da qualidade e a eficiência do ensino e da aprendizagem, através:

C)Garantia da igualdade de oportunidade e de sucesso escolar dos alunos, segundo o seu meio de residência, nível de vida das famílias e o sexo (válido para todos os ciclos), através:

D)Desenvolvimento da Educação Especial, na perspectiva da escola para todos e da plena garantia da universalidade do ensino e formação, através:

E)Adopção de medidas que facilitem a inserção social e profissional de alunos que concluem a 9ª classe e que optem por outra via que académica, através:

3.2.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa Bruta de Escolarização (1ª a 6ª)	135%	100%
Taxa Líquida de Escolarização (1ª a 6ª)	94.9%	100%
Taxa de admissão no 7º ano	86	96%
Taxa de admissão de crianças com NNE	nd	65%
Taxa de promoção	86	98
Taxa de repetência	12	3
Taxa de abandono	1	0
Taxa de conclusão	85,8%	99%

Taxa de sobrevivência	94,2	98%
Rácio aluno/professor	36	30
Rácio aluno/sala	79	30
% de professores formados nas áreas curriculares	42,5	100
% professores especializados em diferentes domínios de NEE	0	
% de infra-estruturas adaptadas para as crianças com NEE	0	20%
Nº de salas	494	+180

SECCION 4 : PRIORIDADES

4.1. ENSINO SECUNDARIO

Caracterizado no *Relatório da Avaliação da Estratégia Nacional para a Educação e a Formação* (ENEF) como sendo um ensino que “*repele*” os alunos em vez de os atrair, o Ensino Secundário em STP depara com o problema de retenção de alunos. Dos cerca de 86% dos jovens com idade relevante que se inscrevem na 7ª classe, apenas 15,2% deste grupo sobrevivem até ao fim do ciclo do secundário. Um enorme desperdício. Associado a este factor vêm juntar-se a insuficiência de estabelecimentos de Ensino Secundário e a sua disparidade em termos de localização geográfica, e a fraca qualificação do corpo docente.

A implementação de medidas e políticas consentâneas e a realização de investimentos robustos destinados a corrigir este fraco desempenho do Ensino Secundário constitui o principal desafio do MECF, para este ciclo, nos próximos anos. Ademais, uma importante pressão de demanda escolar está sendo exercida sobre este ciclo fruto da universalidade do ensino básico. Dentre as medidas a implementar, destaca-se a de alargar a universalidade e a gratuidade do acesso ao ensino secundário de qualidade até 12º ano, no horizonte de 2022. Trata-se, na verdade, de uma opção que acarreta importantes custos em termos financeiros e de recursos humanos. Mas para um país que pretende desenvolver e valorizar o enorme potencial natural existente e apostar na prestação de serviços de boa qualidade, esta opção impõe-se, logicamente.

4.3.1. Objectivos

Propiciar a todos os jovens santomenses, com idade relevante, no horizonte 2022, acesso a um ensino secundário universal de 12 anos, gratuito e de boa qualidade, e que seja capaz de os dotar de competências gerais e técnico-profissionais necessárias para o desenvolvimento da economia de São Tomé e Príncipe.

Estratégia nº 1: Alargar a universalidade e a gratuidade de acesso à 12 anos de escolaridade de boa qualidade, no horizonte de 2022

A) **Melhoria do acesso ao Ensino Secundário,**

B) **Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino e aprendizagem, através:**

C) **Adopção de medidas que facilitem a inserção social e profissional, e a continuidade académica de alunos que concluem a 12ª classe, através:**

4.3.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa bruta de escolarização 1º ciclo	83	85 a 95%
Taxa bruta de escolarização 2º ciclo	17	70 a 80%
Taxa de repetência	20	5%
Taxa de conclusão	13	60 a 70%
Taxa de abandono	24	5%
Taxa de sobrevivência	15,2	60 a 70%

% de docentes formados e efectivos	40	80 a 90%
Proporção dos estudantes do secundário na via profissionalizante	< 5%	15 a 20%
Nº de distritos com ensino secundário completo	1 + R.A. Príncipe	100%
Nº de escolas construídas	12	+5

4.2. ENSINO TECNICO-PROFISSIONAL

Relegado para segundo plano desde os primórdios da independência do país, o ensino técnico-profissional é pouco desenvolvido em STP. Portanto, o país é confrontado com graves problemas de mão-de-obra especializada. Dotar STP de recursos humanos capacitados com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências de uma economia moderna, projectando o país como “*país de serviços*”, constitui o principal desafio do governo para este sector.

A conquista deste desafio passa pela, **i)** afirmação de uma forte vontade política em considerar, de facto, a Formação Técnico-Profissional como uma das prioridades nacionais para o próximo decénio; **ii)** instalação de um sistema de ensino especializado com forte envolvimento do sector privado em todos os níveis; **iii)** adequação formação/emprego; e, **iv)** concertação e coordenação intersectorial dado o carácter transversal do seu impacto. Trata-se, na verdade, de promover a articulação de um sistema nacional de ensino superior, técnico-profissional e de aprendizagem com o sistema económico. Uma opção, certo, que exige investimentos importantes mas à altura dos grandes benefícios esperados a longo prazo.

Os objectivos e as estratégias abaixo plasmados inscrevem-se nesta perspectiva.

4.4.1. Objectivos

Dotar STP de recursos humanos capacitados com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências e necessidades do mercado de trabalho e de uma economia moderna, e preparar o país na sua ambição de projectar-se como *país de serviços*.

4.4.2. Estratégias

Estratégia nº 1: *Obter, ao mais alto nível (governo ou Parlamento), o apoio firme necessário à implementação de uma política voluntarista e realista de formação técnico-profissional à altura da ambição acima exposta.*

Estratégia nº 2: *Criar um quadro institucional e administrativo de promoção, gestão e coordenação de políticas e acções de formação técnico-profissional no país;*

Estratégia nº 3: *Garantir o desenvolvimento equitativo e sustentável de uma oferta de formação de qualidade e diversificada, em convívio com o sector privado*

Estratégia nº 4: *Proceder a uma planificação estratégica de médio e longo prazo da Formação Técnico-Profissional*

Capítulo 2- Progresso e Desafios aos Objectivos do EPT

Educação para Todos (EPT): de Jomtien a Dakar

A Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia), realizada em 1990, definiu um amplo conjunto de desafios que vêm sendo enfrentados de modos diversos pelos sistemas educacionais a nível mundial. Muitos países envidaram os esforços para melhorar as condições de vida de crianças, jovens e adultos. Em 2000, em

Dakar, Senegal), as metas traçadas anteriormente foram avaliadas e redimensionadas, considerando os desafios de um novo milênio. A próxima conferência, realizar-se-á na Coreia, em 2015 e novos compromissos serão assumidos.

Os 164 países presentes à reunião de Dakar se uniram no sentido de propor uma agenda comum de políticas de Educação para Todos (EPT) visando o fortalecimento da cidadania e a promoção de habilidades necessárias a um desenvolvimento humano pleno e sustentável. Acordou-se, então, 6 (seis) objetivos a serem perseguidos por todos os países signatários do Compromisso de Dakar até 2015, sendo:

- a) **Expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena**, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- b) **Assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis**, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;
- c) **Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada**, a habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;
- d) **Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização** de adultos até 2015;
- e) **Eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2015 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015**, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade; e,
- f) **Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos**, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Progresso realizado para a realização dos objectivos do EPT

➔ A Cobertura escolar

Tabela 1: Taxa bruta de escolarização(%) enúmero de alunos/estudantes por 100 000 habitantes) entre 2001-02 e 2010-11 falta incluir 2012 2013

	2001-02	2010-11	Crescimento 2002-2011
Pré – escolar (Jardim e Creche)	15,7%	30,9%	96,9%
Ensino básico	128,6%	135,1%	5,0%
1º ciclo	144,5%	133,1%	-7,9%
2º ciclo	94,3%	139,2%	47,6%
Secundário (Geral e profissional qualificante) ^{b)}	42,6%	58,5%	37,4%
1º ciclo	59,8%	82,9%	38,8%
2º ciclo	18,1%	20,3%	12,2%
Secundário (Curso Geral)	42,6%	57,8%	35,7%
1º ciclo	59,8%	82,9%	38,8%
2º ciclo	18,1%	18,4%	1,9%
Ens. Técnico e Formação profissional (Nº de alunos por 100 000 habitantes) ^{c)}	261	551	111,3%
Ens. Superior no país (Nº de alunos por 100 000 habitantes) ^{b)}	nd	1040	
Ens. Superior no país e no exterior (Nº de alunos por 100 000 habitantes) ^{b)}	nd	1555	

- a) As informações sobre o pré-escolar, o ensino básico, o secundário e superior abrangem o privado só a partir do ano 2007/08.
- b) Um 12º ano de estudos está em fase de experimentação em uma escola pública do ensino secundário em 2010/11. Ela engloba 65 alunos ao qual há que adicionar 68 alunos do 12º ano no privado ou seja um total de 133 alunos no 12º ano em 2010/11. Sendo que este 12º ano ainda não está generalizado em todo o país, os efetivos deste 12º ano são tomados em conta no ensino superior (equivalente ao ano 0 do ensino superior).
- c) A cobertura escolar do ensino técnico e da formação profissional tem em conta o ensino secundário profissional qualificante e a formação profissional (MECF e fora do MECF)
- Fonte: MECF/DPIE, dados demográficos do capítulo 1, cálculos dos autores

A cobertura escolar tem melhorado desde o ano lectivo de 2001-02 para outros níveis que aqueles do primeiro ciclo do ensino básico² (taxa bruta de escolarização de 144,5% em 2001-02 e de 133,1% em 2010-11) e do segundo ciclo do ensino secundário geral (constata-se uma estagnação na década com uma taxa bruta de escolarização de cerca de 18%). O ensino pré-escolar (jardins e creches) e o ensino técnico e a formação profissional são os níveis que viram a sua cobertura escolar progredir mais rapidamente (96,9% por ano para o pré-escolar e 111,3% por ano para o ensino técnico e a formação profissional). O segundo ciclo do ensino básico conheceu também uma boa progressão com uma taxa bruta de escolarização que passou de 94,3% em 2001-02 para 139,2% em 2010-11, ou seja um aumento de 47,6% durante o período. Logo constata-se que a taxa bruta de escolarização do primeiro ciclo do ensino secundário evoluiu igualmente passando de 59,8% em 2001-02 para 82,9% em 2010-11, ou seja um aumento de 38,8%.

➤ **Desenvolvimento da educação e proteção da pequena infância**

Reconhecida como primordial para o desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças e o aumento das probabilidades de sucesso nos níveis subsequentes, a Educação Pré-escolar conheceu, ao longo dos últimos 30 anos em STP, momentos altos e baixos. Em 1975, a jovem República Democrática de São Tomé e Príncipe herdou do regime colonial um ensino pré-escolar relativamente desenvolvido. O regime colonial, necessitando de uma mão-de-obra feminina indispensável ao desenvolvimento da agricultura, disseminou uma rede de jardins e creches por todo o território nacional, em particular nas roças. Logo depois da independência do país, este ciclo iniciou um longo período de degradação que durou 25 anos, antes de se revitalizar a partir de 2001, graças às ações conjugadas do governo e seus parceiros e à implementação da Lei de Bases do Sistema educativo. No ano letivo 2010/2011, os efetivos deste ciclo totalizam 8.591 inscritos contra 4.699 em 2001/2002, ou seja, um crescimento médio anual de 6,1%. Destas crianças, 6,6% são escolarizadas nas instituições privadas. Contudo, o ensino pré-escolar apresenta um desempenho ainda débil, pois, apenas 1/3 (30,9%) de crianças santomenses entram neste ciclo. A qualidade de aprendizagem também deixa a desejar. A fraca qualificação dos educadores e a insuficiência de instalações estão na origem desta fraqueza.

➤ **Desenvolvimento da Educação Básica Universal**

² O ensino básico dura seis anos e é repartido em dois ciclos : um primeiro ciclo de quatro anos e um segundo ciclo de dois.

Um Ensino Básico na porta da universalidade, O Ensino Básico (EB) conheceu uma evolução significativa nos últimos cinco anos, graças ao esforço do governo que implementou com sucesso o programa da reforma geral neste ciclo, apoiado pelos parceiros de desenvolvimento. Assim, em termos do acesso, a universalidade do ensino está praticamente alcançada com 94,9% de admissão no primeiro ano do ensino básico. Destas crianças, 94,2% conseguem atingir o fim do ciclo. Contudo, muito falta fazer no domínio da qualidade de aprendizagem e do ensino, pois a taxa de repetência continua a dois dígitos (12%). O rácio de 79 alunos por sala é simplesmente alarmante, como o é o número de professores sem formação específica que se situa em 57,5%. Em tais condições torna-se difícil proporcionar um ensino de qualidade. As iniciativas privadas escolarizam apenas 0,5% dos 35.250 efetivos do EB, em 2010/2011 (Polé de Dakar).

➤ **Desenvolvimento do Ensino Secundário**

Um ensino secundário com fraca capacidade de retenção dos alunos, com efeito, 86% de jovens inscrevem-se na 7ª classe, uma percentagem relativamente elevada, mas apenas 15,2% deste grupo sobrevivem até ao fim do ciclo do secundário. As elevadas taxas de abandono e de repetência, respetivamente de 24% e 20%, e a insignificante taxa de conclusão de 13%, explicam que apenas 55,2% de jovens Santomenses frequentam o ensino secundário, em 2011. A insuficiência e a má localização de escolas do ensino secundário, assim como a exiguidade do corpo docente estão na origem desta situação. Trata-se, de facto, de um grande desafio, se tivermos em conta os seguintes fatores, **i**) o elevado número de alunos que concluem a 6ª classe; conjugado com **ii**) as suas idades (12 anos) relativamente tenras para ingressar na vida ativa; e **iii**) a ausência de uma política de formação profissional. A continuar nesta perspetiva, os ganhos obtidos no Ensino Básico são simplesmente desperdiçados. Ora, São Tomé e Príncipe, dado o seu tamanho, pode fazer muito mais. O ensino privado escolariza 12,1% dos efetivos do 2º ciclo do ensino secundário e apenas 1,1% do 1º ciclo. Denota-se aqui uma maior intervenção do privado neste ciclo em relação aos restantes. São 11.485 o total dos efetivos do Ensino Secundário.

➤ **Desenvolvimento do Ensino Técnico-Profissional**

Um ensino Técnico-Profissional em gestação, na ausência de uma verdadeira política de formação técnico profissional, STP defronta com enormes problemas de insuficiência, em quase todos os sectores, de mão-de-obra qualificada. No entanto, a procura de formação é enorme tendo em conta o número considerável de jovens que à saída da escola se vêm confrontados com um mercado de emprego exíguo. O Liceu Nacional administra apenas 5 cursos profissionais qualificantes, destinados aos alunos que concluem a 9ª classe. São menos de 5% dos alunos que enveredam por esta via, devido a fraca oferta. O Centro Politécnico administrou cinco cursos no ano letivo 2010/2011, para um total de 101 estudantes. Dos centros de formação profissional existentes, a grande maioria funciona com enormes dificuldades e oferece um nível de qualificação baixo. Consciente do papel desse tipo de formação para o crescimento da economia santomense, o MECF iniciou, desde 2011, a introdução do curso da educação profissional no 1º ciclo do ensino secundário e propõe a criação de um departamento destinado especialmente para monitorar este ciclo de formação.

➤ **Desenvolvimento da Educação para Jovens e Adultos**

Uma Educação para Jovens e Adultos que caminha para a erradicação do analfabetismo, Em 1975, ano da independência da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a taxa de

analfabetismo situava-se em 80%. Quinze anos depois, ela caiu para 30%. Hoje, estima-se a taxa de alfabetização em cerca de 95,4% na população de 15-24 anos e a da alfabetização de adultos em cerca de 88%. (Pôle Dakar = 73% em 2009).

Este resultado positivo foi possível, essencialmente, graças ao apoio da Agência Brasileira de Cooperação que dispensa equipas de voluntários universitários brasileiros para formar e enquadrar técnicos nacionais, utilizando um modelo designado de Alfabetização Solidária. Neste módulo, os temas de cursos são escolhidos de maneira participativa pelos alfabetizados e reflectem os elementos da sua vida social, cultural e profissional. Os alfabetizados beneficiam, ainda de uma bolsa mensal em géneros alimentícios, o que contribui para a retenção dos mesmos, aliás, a taxa de abandono que era de 36,6% em 2005 caiu para 5,38% em 2010. Em 2010 os inscritos totalizaram 2.836, dos quais 64,4% eram mulheres.

No entanto, esse progresso global esconde disparidades geográficas e de sexo. Assim, $\frac{3}{4}$ dos analfabetos são do sexo feminino e a proporção de adultos de mais de 15 anos ultrapassa 90% no Distrito de Água Grande, mas não atinge 80% no Distrito de Lembá.

Sobre os Temas Transversais

Segundo a carta de Política educativa- visão 2022, Pela importância do seu impacto no sistema educativo, os seguintes temas designados de transversais foram incluídos na Carta a saber: Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), Escola e a Identidade cultural Santomense, a seguir resumidos.

Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) será adoptada como ferramenta estratégica para buscar eficiência, eficácia, inovação e alto desempenho do sistema educativo. Para tal o Ministério irá implementar o Projecto “**Escola em Rede**”, garantindo, entre outros, o fornecimento da energia eléctrica às escolas; o equipamento, de maneira equitativa e sustentável até 2022, de todas as escolas em TIC, e a formação do pessoal docente e não docente em TIC.

Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), enquanto um direito ao mesmo título que direito à vida, o direito à educação ou o direito à liberdade será privilegiada nos currículos escolares, porquanto o seu impacto na economia nacional é notável. A SSR é um dos pré-requisitos para a luta pela erradicação da pobreza.

Nesta perspectiva, competirá ao sector da educação garantir que as escolas ofereçam um pacote integrado de conhecimento sobre SSR e higiene em geral, e sirvam como vector nas campanhas de IEC sobre a luta contra VIH/SIDA e outras endemias, por lidar com quase todas as franjas da sociedade. Tratar-se-á de inculcar nos jovens este direito tão fundamental que é de exercer um controlo sobre o seu próprio corpo.

A Escola e a Identidade cultural Santomense, é retida, dentre os temas transversais, pelo importante papel que a escola deve jogar na preservação da identidade cultural Santomense e contribuir para a sua melhor inserção no mundo exterior. Tratar-se-á, essencialmente de promover o ensino e a investigação orientados para o conhecimento, a divulgação e a valorização do importante património histórico e cultural Santomense.

Objetivos e estratégias:

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC):

A utilização, cada vez maior, de novas tecnologias de informação e comunicação no ensino, a sua rápida expansão e a sua evolução futura continuarão a revolucionar o sistema educativo a

nível mundial. Trata-se aqui de preparar o país para poder beneficiar plenamente dos inúmeros benefícios destas tecnologias. Para tal STP deve enveredar por um ensino de qualidade, capacitando recursos humanos e disponibilizando equipamentos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável desta opção. Reconhece-se tratar de uma escolha que exige investimentos importantes mas à altura dos grandes benefícios esperados a longo prazo. A ambição de projectar STP como país de serviço encontra o seu sustentáculo nesta opção.

Objectivo

Utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como instrumento base de desenvolvimento do sistema educativo (válido para todos os ciclos).

Estratégias

- **Estratégia nº 1: *Adoptar a Tecnologia de Informação e Comunicação como ferramenta estratégica para buscar o alto desempenho do sistema educativo (eficiência, eficácia e inovação)***
- *Acções Prioritárias*
- Elaborar um Plano Tecnológico da Educação, e ampliar e implementar o Projecto “**Escola em Rede**”, o que passa pela:
 - Garantia da energia eléctrica às escolas através, entre outros, de fontes das energias renováveis;
 - Apetrechamento, de maneira equitativa e sustentável até 2022, de todas as escolas em TIC de modo a garantir a plena integração dos alunos e professores na sociedade de informação e de conhecimento, e melhorar a aprendizagem e o sucesso escolares;
 - Formação do pessoal docente e não docente em TIC e garantia da sua aplicação no processo de ensino/aprendizagem;
 - Integração das Tecnologias de Informação nos processos de ensino/aprendizagem;
 - Criação de condições para a introdução, até 2015, do curso de informática nos curricula escolar da 9ª a 12ª classe;
 - Criação de comunidades virtuais orientadas para o ensino/aprendizagem;
 - Implementação do “*Sistema integrado de Gestão Escolar*” como ferramenta de apoio à gestão escolar.

↻ Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
% de escolas com acesso as TICs	8%	100%
Nº de professores formados nas TICs	1%	50%
Nº de escolas com acesso ao sistema integrado de gestão escolar	0%	50%

4.3. SAUDE ESCOLAR

➔ *Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), e Higiene Escolar*

Tal como o direito à vida, o direito à educação ou o direito à liberdade, investir no direito à SSR deve ser uma prioridade. Ela é, de facto, um pré-requisito para a luta pela erradicação da pobreza, porquanto o seu impacto na economia nacional é forte. Para as Nações Unidas, SSR é “*uma questão de direitos humanos e desenvolvimento sustentado*”.

A abordagem feita da SSR em STP privilegiou, até aqui, as doenças sexualmente transmissíveis, com destaque a VIH/SIDA. Ora, trata-se de um tema com contornos relativamente abrangentes que vão desde *o estado de bem-estar físico, mental e social relacionados ao sistema reprodutivo*, passando pela liberdade e habilidade de um indivíduo para *desfrutar e expressar sua sexualidade livre de imposições, violência e sem riscos de doenças sexualmente transmissíveis ou gestações não desejadas*, até a liberdade de decidirem sobre *a procriação se, quando e em que frequência desejam fazê-la*.

Referente a higiene escolar e corporal, trata-se de inculcar nas crianças e jovens noções básicas de higiene e sua consequência para a nossa saúde. Manter limpo os recintos escolares e o próprio corpo contribui para travar o desenvolvimento da malária e das demais enfermidades.

Nesta perspectiva, compete ao sector da educação contribuir na transmissão de conhecimentos e informações, e servir como vector nas campanhas de IEC por lidar com quase todas as franjas da sociedade. Em relação ao VIH/SIDA, em especial, a educação pode desempenhar um papel importante na contenção da sua propagação, na medida em que a educação favorece a adopção de comportamentos responsáveis e de práticas de vida sãs, torna as mulheres menos vulneráveis. Assim, os objectivos e as opções estratégicas a seguir prescritos visam inculcar nos jovens este direito tão fundamental que é exercer um controlo sobre o seu próprio corpo.

- ***Objectivos***

Propiciar, aos jovens, conhecimentos e informações sólidos, susceptíveis de provocar mudanças de atitude e de comportamento em relação à SSR e higiene em geral, e ao VIH/SIDA, em particular.

- ***Estratégias***

- ***Estratégia nº 1:Garantir que as escolas ofereçam um pacote integrado de conhecimento sobre SSR e higiene em geral, e sirvam como vector de uma estratégia de luta contra VIH/SIDA e outras endemias***

➤ **Acções Prioritárias**

- Introduzir conteúdos de SSR e higiene nos programas escolares do ensino básico e secundário;
 - Dinamizar campanhas de EIC através de escolas e Clubes de Jovens;
 - Promover seminários, conferências, debates juvenis e outras formas de manifestações culturais alusivos ao tema;
 - Dispensar cursos de curta duração sobre SSR destinados aos professores e constituir um corpo de agentes nas escolas, de luta contra as doenças sexualmente transmissíveis;
 - Promover campanhas regulares de limpeza geral aos recintos escolares;
 - Garantir a máxima *esperança de vida escolar* possível das raparigas, com vista a uma maior protecção contra um certo número de riscos;
 - Criar e equipar Centros de Escuta e Aconselhamento sobre SSR destinados aos jovens.
- **Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos**

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Nº de escolas com centros “amigos dos jovens”	4	40
Nº de centros de SSR criados	0	6
Nº de conteúdos de SSR inseridos nos programas dos ensinos básico e secundário	2	4
% de alunos com informação relativa a Saúde Sexual e Reprodutiva	15%	100%
Programas das disciplinas dos ensinos básicos e secundário incorporando as diversas dimensões de SSR	1	todas

4.4. A ESCOLA E A IDENTIDADE CULTURAL SANTOMENSE

A República Democrática de São Tomé e Príncipe possui um património histórico e cultural rico e diversificado que necessita ser conhecido, preservado e valorizado. Os factores histórico, político e cultural, tais como: o surgimento de STP como território; a história e a dinâmica do seu povoamento; a natureza e o carácter do seu nacionalismo e da luta anti-colonial que o conduziu à soberania nacional; e, a sua característica e localização geográficas conferem ao país o carácter singular que lhe é conhecido. A relação e a dinâmica interna destes factores condicionaram e continuarão a condicionar a evolução de STP. Compete ao sector educativo contribuir para o melhor conhecimento e valorização deste rico e singular património histórico e cultural.

➤ *Objectivos*

Preservar, através da escola, a identidade cultural Santomense e contribuir para a sua melhor inserção no mundo exterior.

➤ *Estratégias*

- **Estratégia nº 1: Valorizar o património cultural santomense através da escola**

➤ *Acções Prioritárias*

- Promover o ensino e a investigação orientados para o conhecimento, a divulgação e a valorização do importante património histórico e cultural Santomense, o que passa pela:
 - Escolha e inserção da aprendizagem de línguas nacionais no currículo de ensino básico ;
 - Promoção, nas escolas, de concursos de carácter cultural, nomeadamente contos, poesia, canto, danças tradicionais, culinária;
 - Desenvolvimento do ensino da historia nacional;
 - Garantia do acesso das crianças e jovens à educação artística;
 - Promoção de visitas de estudo aos sítios históricos;
 - Promoção, nas escolas, de palestras e debates de carácter educativo e informativo sobre os diferentes aspectos do património histórico e cultural Santomense;
 - Dinamização do projecto “Escola Museu e Museu Escola”.

➤ *Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos*

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Nº de línguas introduzidas e ensinadas	0	1
Nº de concursos culturais realizado	0	Todas as escolas
Nº de visitas de estudo realizadas	0	50% de escolas
Nº de escolas que realizaram concursos	0	Todas as escolas
Nº de palestras realizadas	0	50
Disciplinas (no ensino básico e secundário) incorporando as diversas dimensões da cultura	0	A decidir após um estudo